

ANC - CPEC

# Definição sobre sistema de governo é adiada

Da Sucursal do Rio

Manoel Pires - 27.Nov.85



"Rogo aos senhores o favor de cancelar a discussão deste tema, porque estou cansado". O pedido do presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos de Melo Franco, 80, depois de quatro horas de reunião da

Comissão, ontem no Rio, foi aprovado por aclamação e evitou uma discussão considerada "precipitada": a que definiria o sistema de governo do país na nova Constituição. O debate entre os defensores do parlamentarismo, do presidencialismo ou de soluções mistas ficou adiado para janeiro. Mas, já no encontro de ontem, este era tema preferido nas conversas paralelas e nos intervalos.

Segundo o jurista Miguel Reale Júnior, 41, a antecipação do debate sobre o sistema de governo seria "inoportuna" porque "o tema será objeto de discussão de um dos subgrupos temáticos em que se dividirá a Comissão".

A inclusão do assunto na pauta da reunião de ontem atendeu a pedido do governo federal, que queria ver a



Afonso Arinos, 80, pediu adiamento da discussão por sentir-se cansado

questão colocada em debate antes da deflagração da campanha pelas eleições diretas para presidente em 86, comandada por Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva. O governo queria defligrar esta discussão já por duas razões: para não parecer que o debate surgiu como reação à campanha e porque o próprio debate sobre o

sistema de governo em que trabalhará o sucessor de Sarney contribuiria para esvaziar a tentativa de antecipação de sua sucessão.

A posição da maioria dos membros da Comissão, contrária à realização do debate ontem, e a atitude de Afonso Arinos, alteraram estes planos.

Foi aprovado o esquema de trabalho da Comissão até julho de 86, quando será entregue ao presidente Sarney um "esboço de anteprojeto da Constituição". Os cinquenta membros da Comissão se subdividirão em dez Comissões Temáticas, para discutir "os grandes temas ou regimes" da Constituição: "Princípios Fundamentais da Ordem Constitucional, Organização Internacional, Declaração de Direitos"; "Federação e Organização Tributária"; "Poder Legislativo e Organização Partidária"; "Poder Executivo"; "Poder Judiciário e Ministério Público"; "Educação, Cultura e Comunicação"; "Condições Ambientais, Saúde, Ciência e Tecnologia"; "Ordem Econômica"; "Ordem Social"; "Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas".

Os subgrupos se reunirão na terceira e quarta semanas de janeiro no Rio. E em fevereiro, uma reunião plenária da Comissão aprovará os "grandes temas". Os meses de março, abril, maio e junho serão dedicados à elaboração e aprovação da minuta e da redação final do "artículo constitucional".

Dos cinquenta membros da Comissão, nove faltaram à reunião de ontem. O escritor Jorge Amado participou ontem pela primeira vez de uma reunião da Comissão.